



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico N°: PE 36/2021/SUPEL/RO

Processo Administrativo N°: 0032.480478/2020-96 – SEJUCEL/RO.

Objeto: Registro de Preços para Eventual e Futura Locação de Banheiros Químicos, conforme Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Empresas Recorrentes: LOC-MAQ LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTO LTDA, CNPJ 01.905.016/0001-06 - Grupo 01;

1. INTENÇÃO DE RECURSO

1.1. DA ADMISSIBILIDADE DA INTENÇÃO DE RECURSO

A intenção de recurso impetrada pela empresa LOC-MAQ LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTO LTDA foi interposta dentro do prazo fixado por este Pregoeiro, de 20 minutos, e, por ser motivada e tempestiva, foi acolhida, razão pela qual foi fixado o prazo de 03 dias úteis para apresentação de suas razões recursais, nos termos da Lei Federal 10.520/02.

1.2. SÍNTESE DA INTENÇÃO DE RECURSO

No Grupo 01, a empresa recorrente apontou que a empresa EMOPS SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI, vencedora no grupo 01, teria descumprido os itens 8.6 e 8.7 do Edital, ou seja, teria deixado de apresentar a declaração de ciência requerida no Edital.

2. SÍNTESE DAS RAZÕES RECURSAIS

A empresa recorrente torna a afirmar que a empresa EMOPS SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI, vencedora no grupo 01, teria descumprido os itens 8.6 e 8.7 do Edital, ou seja, teria deixado de apresentar a declaração de ciência requerida no Edital.

Alega a recorrente que os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, legalidade e isonomia foram vulnerados, desenvolvendo sua tese e colacionando bases legais e jurisprudenciais no intuito de corroborar a teoria formulada.

3. SÍNTESE DAS CONTRARRAZÕES

Em sede de contrarrazões, a empresa recorrida afirma que utilizou de sua proposta para firmar a declaração exigida no item 8.6 e 8.7 do Edital, afirmando que:

se você afirma estar de acordo irrestritamente a TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL, conseqüentemente está de acordo, também, com o local da prestação de serviços.

Frisou ainda a recorrida que:

não há no edital sequer um modelo de documento ou de texto para a emissão de tal declaração, motivo esse que demonstra que a empresa acatou à regra estabelecida no edital e proferiu a declaração no momento oportuno, não sendo cabíveis interpretações equivocadas ou restritivas dos licitantes em benefício próprio.

Destaca ainda a empresa recorrida que:

ao contrário do que tenta fazer crer o recorrente, a empresa não foi instada a proferir nova declaração ou enviar novos documentos de habilitação, mas apenas a esclarecer declaração já realizada e enviada juntamente com a proposta de preços e no exato momento estabelecido no instrumento convocatório, motivo esse que demonstra que não existem fundamentos para a inabilitação e desclassificação deste licitante, posto que não houve afronta a qualquer dispositivo do instrumento convocatório.

Por fim, a empresa recorrida colacionada base jurisprudencial para embasar a tese explanada em contrarrazões.

4. DO EXAME DE MÉRITO

Inicialmente, é preciso afirmar que para alegar descumprimento do Edital faz-se necessário conhecê-lo e estar preparado para a boa interpretação de suas cláusulas, o que não se verifica no recurso apresentado pela empresa LOC-MAQ LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTO LTDA.

A verdade real dos fatos está muito distante das linhas tecidas pela recorrente, eis que a empresa vencedora do PE 36/2021/SUPEL, EMOPS SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI, declarou em sua proposta o seguinte:

"Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência".

Embora a declaração apresentada não mencione expressamente, **na forma**, a declaração de que a empresa vencedora estava ciente do local onde serão prestados os serviços da licitação em tela (Porto Velho, Candeias e Itapuã do Oeste), **em essência**, o compromisso foi firmado, eis que a empresa EMOPS SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI é transparente ao destacar que *"está de acordo com todas as condições do Edital "e que "aceita todas as responsabilidades especificadas no Termo de Referência".*

Ora, parece elementar concluir que aquele que professa que está de acordo com todas as condições do Edital, e que aceita todas as responsabilidades delineadas no ato convocatório, provavelmente está ciente dos locais onde serão prestados os serviços que a Administração pretende contratar, ao contrário, não poderia firmar tal compromisso.

Entretanto, mesmo diante da informação acima, este Pregoeiro realizou diligência (documento id SEI 0017938689, página 07) no chat de mensagens para que a empresa EMOPS SERVICOS DE

SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI esclarecesse, **ante a declaração já prestada em sua proposta**, se estava ciente dos locais de prestação dos serviços, vejamos:

Para EMOPS SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIREL - Prezado, convoco-lhe em nova diligência, eis que em sua proposta há declaração de que sua empresa aceita as condições do Edital, suas obrigações, e responsabilidades.

Para EMOPS SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIREL - Assim, solicito que esclareça: em tal declaração está a ciência do local onde serão prestados os serviços do Edital e seus anexos?

Estamos cientes dos locais de entrega

É de sabença geral que o art. 43, §3º, da Lei Federal n. 8.666/93, permite que este Pregoeiro realize diligência para **complementar ou esclarecer informação prestada em documento encaminhado anteriormente**, vejamos:

É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Não temos no caso em tela a juntada de novo documento, mas a diligência ante a uma declaração que fora prestada na proposta da empresa recorrida. O que se busca com o item 8.6 e 8.7 do Edital é que a empresa, em sabendo dos locais de prestação dos serviços, assumia as responsabilidades pelos tais (responsabilidade de transporte, montagem, desmontagem, etc), essa é a essência da disposição.

No caso em epígrafe, a empresa **EMOPS SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI**, na própria especificação dos itens contidos em sua proposta, esclarece que assume todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem, dentre outros itens, relacionados a prestação do serviços, e só pôde fazer isso porque estava ciente dos locais onde seriam prestados os serviços objetos do Termo de Referência, como ficou comprovado em diligência.

Acerca da realização de diligência, temos o Memorando-Circular nº 2/2021/SUPEL-ASSEJUR, assinado pela Assessora Chefe desta Pasta, bem como pelo Excelentíssimo Superintendente desta Casa, e ainda pelo Controlador Interno, onde se recomenda a todos os pregoeiros e presidentes de comissão a implementação de tal medida, apontando para o Processo-e n. 01548/2020/TCE/RO, onde há Acórdão que fixou o seguinte:

(...)

III - Determinar à Supel para que, em futuras aquisições e/ou contratações diretas, promova diligências para sanar erros de natureza meramente formal ou incertezas, relativas aos documentos de habilitação ou proposta de preços das empresas em disputa, de modo a priorizar o interesse público e a obtenção da melhor proposta, em atendimento ao arts. 37, caput, e 70, ambos, da CF (princípios da razoabilidade, da eficiência e da economicidade), c/c o art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993 (princípio da seleção da proposta mais vantajosa);

IV - Alertar à Supel que inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei, contraria o disposto no art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993;" (destaquei)

Ademais, como bem destacado no Memorando-Circular nº 2/2021/SUPEL-ASSEJUR:

a promoção de diligência é incentivada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como ocorrido no Acórdão 2.159/2016 do Plenário, que indicou caber ao pregoeiro o encaminhamento de "diligência às licitantes a fim de suprir lacuna quanto às informações constantes das propostas, medida simples que privilegia a obtenção da proposta mais vantajosa e evita a desclassificação indevida de propostas". Sendo tal posicionamento adotado em diversas outras oportunidades pelo TCU (Acórdãos nºs 830/2018, 119/2016, 2.546/2015, 1.795/2015, 3.418/2014, 1.811/2014, 187/2014, 3.615/2013, 2.302/2012, 2.371/2009, 1.179/2008 e 2.521/2003, todos, do Plenário, 4621/2009- 2ª Câmara e 8.482/2013-1ª Câmara) que entendeu que a inabilitação e desclassificação imediata de empresas, em virtude de detalhes irrelevantes

ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei, contraria o disposto no art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993. (destaquei)

É justamente ancorado em tais decisões e orientações que este Pregoeiro realizou diligência, em face de documento encaminhado anteriormente, no intuito de afastar incerteza, priorizando o interesse público e a obtenção da melhor proposta, em atendimento aos arts. 37, caput, e 70, ambos, da Constituição Federal. Em momento algum este Pregoeiro convocou a empresa vencedora para enviar novo documento, ou simplesmente, a revelia das normas do ato convocatório, a inquiriu no chat, sem declaração prévia em documento encaminhado anteriormente.

Essas afirmações, trazidas a baila pela empresa recorrente, não passam de teses imaginativas e mirabolantes, que tentam ofuscar o que realmente ocorreu (talvez porque a recorrente não tenha compreendido, de fato, as cláusulas do Edital e a necessidade de respeitar os valores administrativos), e, principalmente, sob o manto de quais princípios e valores ocorreu, o maior deles, o manto da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, dentre outros previstos no art. 3º, da Lei Federal n. 8.666/93.

A empresa recorrente, em sede de contrarrazões, está com a razão quando afirma que o Edital não estabeleceu forma predeterminada para a prestação da declaração contida no item 8.6 do Edital, sendo, portanto, a declaração prestada em sua proposta de preços suficiente para a finalidade que se busca, que é garantir que a empresa vencedora esteja ciente dos locais onde serão prestados os serviços objetos do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Noutro norte, o princípio da formalidade moderada não pode ser afastado no caso em destaque, eis que, se na forma da declaração a empresa EMOPS SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI não atendeu as *"exigências da empresa recorrente"*, atendeu, em essência, a finalidade disposta no Edital, ainda que de forma oblíqua, o que foi, não menos importante, **testificado por este agente público em sede de diligência.**

Sabemos que o que se busca com o princípio da formalidade moderada é a adoção de ritos e formas simples, suficientes para facultar um grau de certeza, garantia, proteção, segurança dos objetivos buscados pela Administração, que, no final, visam satisfazer o interesse público. Entendo que no caso em tela temos cumprido o objetivo do disposto nos itens 8.6 e 8.7 do Edital, sobretudo quando o que foi declarado pela empresa vencedora foi confirmado por este Pregoeiro em diligência de esclarecimento.

Doutra banda, a própria empresa recorrida ratifica em sede de contrarrazões o que já havia declarado em sua proposta de preços, bem como o que já havia testificado em sede diligência realizada por este Pregoeiro, ou seja, torna a recorrida a afirmar que sempre esteve (e está) ciente dos locais onde serão prestados os serviços carreados no Termo de Referência, anexo I do Edital.

Acerca da necessária aplicação do princípio da formalidade moderada, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário que:

No curso de procedimentos licitatórios, a **Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo**, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Como bem sabemos, a licitação não é um fim em si mesmo, tendo em vista que o procedimento licitatório, embora de natureza formal, deve transcender ao burocratismo exacerbado e inútil, até mesmo porque o procedimento deve estar voltado para a eficácia da máquina administrativa e orientado pelos princípios norteadores.

As formalidades existem para proteger a essência, a finalidade da licitação, a fim de que não se ultrapassem princípios, direitos e valores importantes na consecução do seu fim. O próprio Supremo Tribunal Federal já decidiu que ***"em Direito Público, só se declara nulidade de ato ou de processo quando da inobservância de formalidade legal resulta prejuízo."*** (MS 22.050, rel. min. Moreira Alves)

No caso concreto, em análise, não há o que se falar em vulneração aos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório ou da isonomia, eis que, no entender deste agente público, os atos implementados respeitaram o ordenamento jurídico, bem como a boa jurisprudência, não havendo, no meu sentir, necessidade de aplicação do princípio da autotutela (sumula 473 do STF), pelo que me posiciono da forma infra colada.

5. DECISÃO

Julgo **IMPROCEDENTE** o recurso da empresa LOC-MAQ LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTO LTDA, no Grupo 01.

(conforme termos e assinatura digital abaixo)



Documento assinado eletronicamente por **Jader Chaplin Bernardo de Oliveira, Pregoeiro(a)**, em 22/05/2021, às 00:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0018125075** e o código CRC **06E51B43**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0032.480478/2020-96

SEI nº 0018125075